

Entre a ameaça da destruição política e a refundação democrática do Estado brasileiro: o desafio dramático das esquerdas brasileiras

Juarez Guimarães

I - O governo Bolsonaro e a ameaça à destruição política das esquerdas brasileiras

- 1- A eleição do governo Bolsonaro representa uma continuidade e uma mudança de qualidade na luta de classes no Brasil. O programa deste governo visa concluir o ciclo da contrarrevolução neoliberal aberto com o movimento pela derrubada do governo Dilma e com a prisão de Lula, com a destruição completa da soberania do Estado nacional, da economia do setor público, dos direitos dos trabalhadores e das políticas sociais, a criminalização e interdição dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda, em particular do PT. No centro deste programa, está o aprofundamento da agressão patriarcal e racista aos direitos das mulheres, dos negros e dos povos indígenas. Mas, ao mesmo tempo em que é continuidade, e isto é decisivo, ele se apresenta como um governo de extrema direita com fortes traços fascistas, o que muda o próprio caráter, a dinâmica e as formas da luta de classes: de uma repressão seletiva durante o governo Temer, o governo Bolsonaro quer instaurar a legitimidade para passar a uma repressão massiva e generalizada das esquerdas e dos movimentos sociais.
- 2- O governo Bolsonaro é continuidade do ciclo da contrarrevolução neoliberal porque ele só pôde vencer as eleições, não só e principalmente, com a prisão e interdição da candidatura de Lula, mas também com a intervenção judicial escandalosa do juiz Moro no processo eleitoral, com a proteção por parte do STF e do TSE à Bolsonaro (protegendo-o de ser cassado pela prática pública de agressão sexista, racista e de incitação à violência contra os adversários, de ter sua candidatura investigada e punida pelo financiamento empresarial e pelo uso massivo de fake news). É praticamente certo que com a candidatura Lula - cuja legitimidade foi claramente defendida pela Comissão de Direitos Humanos da ONU -, Bolsonaro seria derrotado, provavelmente até no primeiro turno. A vitória de Bolsonaro é, ao mesmo tempo, a revelação da derrota histórica do PSDB e do PMDB, com sua impopularidade vinculada ao governo Temer. Um governo de extrema direita só pode vencer porque contou com a destruição já avançada dos principais fundamentos da Constituição de 1988.
- 3- A caracterização do governo Bolsonaro como de extrema direita com fortes traços fascistas é fundamental por três razões. Em primeiro lugar, porque o seu programa, legitimado pela vitória eleitoral, mesmo em regime de exceção e com votação polarizada pela esquerda, representa uma ameaça qualitativamente mais grave e urgente sobre as liberdades democráticas e os direitos humanos. De uma repressão seletiva e instrumental criou-se uma

dinâmica política que visa legitimar a repressão generalizada à esquerda e aos movimentos sociais. Bolsonaro quer implantar um novo regime político no qual as esquerdas estejam exterminadas politicamente e até fisicamente, se for necessário. O extermínio político das esquerdas – por via judicial, pela repressão direta do Estado ou por ações de bandos armados – está no centro do programa do governo Bolsonaro. Em segundo lugar, porque a disputa e repressão aos valores democráticos, feministas e antirracistas está no centro da ação do governo no plano da educação, das artes e da cultura em geral. Há uma clara campanha contra os valores de civilização que estruturaram as sociedades democráticas no pós-guerra, como os direitos humanos, incluindo os direitos do trabalho, o pluralismo e o respeito às diferenças. Em terceiro lugar, porque identifica uma base política de massas em movimento em torno do governo, não apenas eleitoral, ativada por uma campanha de ódio permanente e que, ao que tudo indica, pode vir a ganhar formas organizativas nacionais e de ação.

- 4- A diferença entre um governo de extrema direita com fortes traços fascistas e um regime fascista consolidado é aqui importante porque não se trata nem de afirmar que já estamos em um regime fascista, no qual as instituições do Estado já estão moldadas por um programa fascista, nem afirmar que o governo Bolsonaro repete todos os traços históricos da experiência fascista italiana ou hitlerista. Trata-se de uma tradição fascista, que assume característica próprias neste século XXI, em relação com a fase neoliberal do capitalismo, e que se insere geopoliticamente no contexto das forças capitalistas mundiais. O fundamental do fenômeno fascista é que ele visa promover uma saída da crise pelo extermínio ou eliminação política da parte considerada “podre” ou “doentia” ou “criminosa” através da destruição dos próprios fundamentos das liberdades democráticas, do pluralismo e dos direitos humanos. É, pois, uma tradição anti-socialista e alternativa ao liberalismo democrático.
- 5- Na caracterização das dimensões fortemente fascistas do governo de extrema direita de Bolsonaro deve ter um lugar central o seu posicionamento periférico e de extrema submissão aos interesses políticos dos EUA, legitimada através de uma retórica de guerra fria. Assim, o seu nacionalismo diferencia-se claramente de interesses imperialistas tardios, como no caso da Alemanha ou da Itália no século XX, e é de natureza retórica, envolvendo uma referência simbólica de Nação expurgada. Daí não caber uma analogia direta com o governo Trump, que se move programaticamente em uma agenda regressiva nos limites das instituições democráticas neoliberais do Estado norte-americano.
- 6- Uma análise do governo Bolsonaro deve ser capaz de distinguir quatro setores cujo amálgama e sentido político unitário tem ainda o desafio de ser construído na experiência de governo. A sua base de classes – ele tem o apoio de praticamente todas as entidades empresariais, do grande capital

internacional e nacional, do agronegócio – vem de sua estrita ligação programática com o programa neoliberal orgânico ao capital financeiro internacional. O Ministério da Economia de Paulo Guedes parece centralizar poderes de gestão econômicas superiores a todos os governos neoliberais que o precederam. O centro estratégico de poder do governo, a própria raiz da tradição que Bolsonaro representa, são generais do Exército de extrema direita que ocupam postos centrais no novo governo formado. Este centro estratégico de poder militar parece estar em fusão ou em aliança explícita com os setores do Judiciário que hoje dominam ou têm forte influência na cúpula dos principais órgãos superiores deste poder no país. O Ministério ocupado por Moro parece, ao que tudo indica, ser o lugar desta centralização de aparelhos de informação e de repressão, das PMs às Forças Armadas, da Polícia Federal à Abin. Por fim, a base popular de massas do governo Bolsonaro está ligada diretamente à influência crescente das igrejas neopentecostais fundamentalistas em aliança com setores ultraconservadores do catolicismo.

- 7- A unidade de todas estas forças é, em primeiro lugar, negativa: contra as esquerdas e, principalmente, o antipetismo. Mas a raiz antidemocrática do neoliberalismo tem propiciado experiências históricas de convívio entre políticas ultraliberais com ditaduras, como foi o caso da ditadura Pinochet e, em alguma medida, da ditadura argentina. Hoje já está muito desconstituído um nacionalismo estratégico no meio militar, mesmo que subordinado, como era no tempo do regime militar brasileiro. Nem todos os neoliberais têm uma pauta regressiva no plano da moralidade e dos costumes, mas a síntese original de Hayek tem uma moral conservadora e as dinâmicas empresariais dos grupos neopentecostais que apóiam Bolsonaro certamente não tem contradições com sua orientação de mercantilização e de privatização, antes fornecem base popular para estes valores. A principal contradição, pois, da coalizão de forças que compõem o governo Bolsonaro advém de sua base pluriclassista: ser dirigida pelos interesses rentistas e predatórios da economia nacional em aberta contradição com os interesses dos setores populares que apoiaram Bolsonaro, incluindo setores assalariados médios.
- 8- É por apontar uma saída para crise do Brasil que esta coalizão política conseguiu criar energia política e social ao seu redor. Os impasses cronificados da segurança pública, da crise econômica e do desemprego, da corrupção do sistema político e do Estado tiveram uma resposta aparente e, sabemos, fraudada no projeto político de poder de Bolsonaro. Ele combinou, então, esta pauta de futuro com uma forte reação aos avanços dos direitos dos trabalhadores, das mulheres e dos negros, historicamente inéditos mesmo que limitados. Esta agenda de futuro visa, assim, criar no Brasil um Estado neoliberal com um regime de ultradireita com fortes acentos fascistas.
- 9- A economia política deste projeto de Estado representa um novo regime de acumulação e um novo regime de exploração das classes trabalhadoras no

Brasil. Este novo regime de acumulação significa, na prática, a destruição da economia nacional que se construiu no Brasil desde a Era Vargas e o domínio pleno das dinâmicas rentistas e predatórias dos bens públicos e das riquezas nacionais naturais. Este novo regime de exploração significará que a maioria das classes trabalhadoras estará ou desempregada, ou subempregada, ou precarizada e com sua parcela minoritária formalizada, mas em uma situação de menor proteção dos direitos pela Justiça do Trabalho e, praticamente, sem poder de negociação sindical. O que significa colocar em ponto morto a vida e as tradições sindicais no Brasil. A atomização das classes trabalhadoras seria a base de massas de um regime de extrema direita com fortes traços fascistas.

- 10- A continuidade, o aprofundamento e o aceleração das medidas judiciais contra o PT e os movimentos sociais apontam que a criminalização e proscricção da legalidade das esquerdas no Brasil estará já na agenda prioritária do novo governo. O Ministério da Justiça centralizará a concessão ou retirada das cartas sindicais, indicando que ao fim do Ministério do Trabalho se seguirá uma plataforma de perseguição policial aos sindicatos. Ela deverá se legitimar pelo discurso do combate à corrupção, que já deu cobertura à derrubada do governo Dilma e à prisão de Lula. É muito provável que os liberais e neoliberais brasileiros não façam oposição a esta agenda de criminalização. As três agendas combinadas – a criminalização das esquerdas, a destruição dos direitos e do setor público da economia e a agenda de pressão e cerco às tradições progressistas do ensino público e da cultura brasileira – constituem o novo e dramático desafio posto para as esquerdas, os movimentos sociais e as forças democráticas neste ano de 2019.

II - Força e fraqueza do governo Bolsonaro

- 11- Após ter a sua ascensão política e eleitoral subestimada em geral pela inteligência das esquerdas brasileiras e também pelos analistas políticos liberais, há o risco evidente de superestimar-se a força política do governo Bolsonaro. É esquecer que a oposição democrática a ele, em particular no segundo turno das eleições, formou um grande arco de resistência democrática que quase dividiu o eleitorado do país ao meio, conquistando inclusive massivas vitórias eleitorais na região Nordeste, protagonizando grandes manifestações de massa, inclusive aquelas lideradas pelas mulheres. O desafio é entender, de modo combinado, a força e fraqueza em movimento do governo Bolsonaro na luta de classes.
- 12- O primeiro elemento de força do governo Bolsonaro é, sem dúvida, a sua base classista no capital financeiro internacional e nacional, contando com o apoio em geral de todas as entidades empresariais, nucleando e empoderando no governo o grande agronegócio. Se a orientação programática geral é completamente orgânica ao capital financeiro internacional, a ofensiva contra

os direitos do trabalho e os sindicatos garante a ele um apoio, não sem contradições, das entidades empresariais da indústria e do comércio. Esta grande frente classista, que foi responsável pelo início da contrarrevolução neoliberal, jamais se rompeu ou sofreu dissidências importantes. É ela que responde, no fundamental, pela estabilidade e pela inserção de Bolsonaro na geopolítica norte-americana. Há aí certamente uma contradição a ser administrada entre a pura subordinação aos interesses dos EUA e a grande inserção chinesa na macroeconomia brasileira, inclusive como grande compradora de produtos primários.

- 13- O segundo elemento de força de Bolsonaro é o grau de aproximação entre as estruturas repressivas do Estado brasileiro, sob comando da direção do Exército e das Forças Armadas, com setores do aparato corporativo que dirige os órgãos superiores do Judiciário e do Ministério Público brasileiros. Esta foi, sem dúvida, uma das principais contradições e fonte de atritos na experiência instável do governo Temer. Agora, todo este aparato repressivo pode ganhar mais coesão e funcionalidade no sentido de cumprir o seu papel de dar cobertura legal e repressiva à meta de eliminação política das esquerdas brasileiras e dos movimentos sociais.
- 14- O terceiro elemento de força do governo Bolsonaro é a sua qualitativamente maior legitimação em relação ao governo Temer, como fruto de sua vitória eleitoral. Esta legitimação, mesmo fraudada e obtida em meio a um regime de exceção, traduz uma vitória política eleitoral com bases ativas de valores conservadores e proto-fascistas na sociedade brasileira. Apesar de não traduzir nem uma maioria no colégio de eleitores, os seus 55 % dos votos válidos traduzem a votação de cerca de 39 % dos eleitores aptos a votar, constitui uma base social polarizada, inclusive popular, com mais acento no centro-sul e no sul do país, nas classes médias com maior formação educacional e de maior renda. A polarização política a protege, em um primeiro momento, pelo menos, de um rápido descrédito já que a narrativa construída pelo movimento Bolsonaro é que ele está apenas iniciando um trabalho de refundação do Brasil. Expectativas econômicas frustradas podem ser compensadas, pelo menos parcialmente, pelos artifícios midiáticos e de espetacularização do combate à corrupção. É previsível que as grandes empresas de mídia privada trabalhem em frente com Bolsonaro no que diz respeito à criminalização das esquerdas e dos movimentos sociais.
- 15- É sob os critérios da governabilidade, legitimidade e popularidade que as vulnerabilidades e fraquezas do governo Bolsonaro devem ser pensadas. O governo Bolsonaro não tem, de partida, uma maioria orgânica no Congresso Nacional, nem uma maioria no STF (em particular para as agendas de limitação ao pluralismo no ensino e de censura à cultura no planos dos valores). Terá atritos e tensões internacionais no que diz respeito ao seu unilateralismo pró-Trump e na área dos direitos humanos. Viverá tensões federativas

crecentes em relação aos governos estaduais e municipais. Mas é no campo da crise social e de um possível agravamento da crise econômica, em função das opções fundamentalistas neoliberais tomadas, que certamente residirão as suas maiores dificuldades. Além do mais, é previsível que enfrente uma forte resistência democrática - das esquerdas, dos movimentos sociais, dos intelectuais, setores culturais e religiosos e até de alguns setores liberais – à sua escalada autoritária. Em um cenário de disputa democrática entre governo e oposição, seria possível prever inclusive uma certa tendência ao desgaste da popularidade de um governo que já se inicia com um padrão alto de rejeição (em torno de 39%). A liderança personalista, carismática, idiossincrática e errática de Bolsonaro, mesmo assentada em estrategistas do setor militar que foram ao centro de seu governo, conseguirá alcançar uma estabilidade governativa? É, decerto, uma avaliação a ser a cada momento atualizada.

16- Um outro ponto em disputa do governo Bolsonaro é a sua legitimidade já que o centro do seu programa implica em eliminar politicamente as esquerdas e intervir fortemente sobre os direitos e os movimentos sociais. Do mesmo modo que o golpe foi construído desde dentro das instituições democráticas, capitaneadas pelo PSDB/PMDB e aparatos do poder judiciário, agora pretende-se que esta nova dinâmica de fechamento institucional se dê por dentro do Estado, através de sua militarização, criação de novas jurisprudências, perseguição judicial às esquerdas e aumento da violência repressiva. A legitimidade para este novo curso político não está hoje construída, estará certamente em disputa no próximo período e seria equivocado julgar que a vitória de Bolsonaro está já alcançada. Os fundamentos democráticos do Estado brasileiro, frutos da longa acumulação de lutas contra o regime militar e após a Constituição de 1988, tem raiz social, amplitude política, força cultural e inteligência pública para opor forte resistência a este trânsito a um regime de caráter fascista. É previsível que Bolsonaro inicie o seu governo exatamente por esta agenda de criminalização, procurando por as esquerdas e os movimentos sociais em uma situação de defensiva e impotência diante da agenda neoliberal radical que virá em paralelo.

III - Forças e fraquezas das esquerdas brasileiras

17- A principal razão da força histórica das esquerdas socialistas democráticas no Brasil nestes inícios do século XXI é que elas representam os interesses e valores históricos das classes trabalhadoras, entendidas a partir do conceito marxista de classes sociais, isto é, exploradas e oprimidas pelo sistema do capital, e atualizadas na semi-periferia, a partir de um ponto de vista caiopradiano, ou seja, que englobam vastos contingentes expressivos de trabalhadoras e trabalhadores que mantêm um vínculo não regular e permanente com o regime do assalariado. Em um país formado em regime

colonial e de escravidão, estas classes trabalhadoras são negras ou fruto da mestiçagem e incluem fortemente as mulheres, que sustentam, com suas duplas jornadas, a reprodução da vida social.

- 18- Se os clássicos de interpretação do Brasil, procuraram evidenciar a incapacidade das classes dominantes nacionais em responder programaticamente à problemática histórica da formação da soberania nacional e da inclusão dos setores populares aos mínimos direitos de civilização, trata-se hoje de atualizar este diagnóstico para a época em que o neoliberalismo e o poder do capital financeiro internacional tornaram-se dominantes na tradição liberal e na ordem do capital. Mais do que uma incapacidade, trata-se de uma contradição aberta que repercute diretamente sobre a questão democrática: estas classes dominantes não apenas reiteram, de forma mais profunda, a sua incapacidade de estabelecer uma maioria em regime de competição eleitoral minimamente democrática. Desorganizam, atacam, fraudam abertamente os valores mínimos de uma democracia liberal. A erosão, desmoralização e fracasso eleitoral do PSDB, de sua identidade e força eleitoral, certamente têm raízes classistas mais profundas neste grande impasse histórico. O apoio classista empresarial a Bolsonaro revela um grau escandaloso de perda de referências civilizatórias mínimas no grau da cultura, dos direitos e até da vida intelectual.
- 19- Esta potência classista das esquerdas do socialismo democrático é o seu principal trunfo histórico. É a sua referência, sua raiz e sua possibilidade de sobreviver à violência e construir um futuro. Da mesma forma, seu fracasso estará em sua incapacidade de unificar e expressar politicamente esta potência classista. Os resultados eleitorais de 2018 revelam, com suas mediações e contingências, esta força e este dilema: a raiz classista das esquerdas preservou-a de uma derrota exterminadora mas os seus limites de expressão desta potência, em meio à fraude e à violência, mostrou graves divisões no seio das classes trabalhadoras. De fato, uma parte importante das classes trabalhadoras votou a favor do seu mais feroz inimigo de classe.
- 20- Esta incapacidade histórica dos liberais de formar uma nação democrática e inclusiva foi respondida nos ciclos políticos do século XX por forças políticas e culturas republicanas democráticas que, não sendo propriamente socialistas, guardam fortes convergências com um programa histórico de superação do capitalismo. É destas tradições republicanas democráticas, de sua convergência em frente política, que depende a capacidade das classes trabalhadoras e do povo brasileiro em resistir e oferecer uma alternativa ao projeto de formação de um Estado neoliberal organizado por um regime fascista.
- 21- A primeira destas tradições, de raízes na tradição varguista e que depois alcançou um desenvolvimento democrático, é a do nacional-desenvolvimentismo, que tem em Celso Furtado a sua práxis histórica

mais referencial. A crítica da economia política do neoliberalismo encontra-se hoje viva, mas desorganizada, e sofreu um profundo desencontro histórico com as linhas que prevaleceram no segundo governo Dilma. Foi neste campo que os valores da esquerda brasileira sofreram seu maior revés. De fato, as políticas econômicas principalmente do segundo governo Lula e primeiro governo Dilma constituíram dinâmicas fortemente antineoliberais – construção de uma proteção ao desequilíbrio cambial e reestruturação de bancos públicos e empresas estatais, elevação dos ganhos do trabalho, formalização do mercado de trabalho e avanços nas políticas sociais de inclusão, apoio inédito à agricultura familiar – mas não conseguiram quebrar o cerco internacional do capital financeiro em ordens profundamente dependentes ainda da economia primário exportadora. A fragilidade da economia do setor público veio à tona com o cerco neoliberal organizado a partir de meados do primeiro governo Dilma e teve uma resposta política regressiva em relação a seus valores, por parte do segundo governo Dilma. Mas é da reativação desta tradição – de sua radicalização democrática e republicana para a época do domínio neoliberal – que depende a legitimidade da construção política de uma alternativa ao Estado neoliberal em processo já avançado de construção no Brasil. É preciso opor à construção de um consenso neoliberal em torno ao tema da necessidade incontornável das políticas de austeridade e da privatização, as bases possíveis de uma relegitimação de uma economia do setor público com um projeto histórico das classes trabalhadoras.

22- A segunda destas tradições é a de uma cultura jurídica democrática cuja maior representação histórica é a práxis de Raymundo Faoro, crítica às tradições patrimonialistas do Estado brasileiro, de sua corrupção e captura por interesses privatistas, e defensora de uma ordem jurídica assentada nos direitos humanos e no devido processo legal. A relação da esquerda brasileira com esta tradição nas experiências de governo nacional foi descontínua, desorganizada e desorganizadora, como mostram os erros recorrentes na indicação dos postos de mando no STF e em outras instâncias decisivas do poder judiciário. A Operação Lava- Jato, que se seguiu à jurisprudência de exceção do caso mal chamado “mensalão”, construiu o apoio de uma maioria neoliberal e anti-democrática no meio jurídico brasileiro, que tem sido peça central no processo de construção do golpe e , agora, da eleição de Bolsonaro. Mas este mesmo processo revelou a existência de uma forte rede nacional de advogados, magistrados e procuradores, além de intelectuais do campo jurídico, que resistiram e buscam construir uma alternativa a este processo de fascistização do campo jurídico brasileiro. Será fundamental neste próximo período promover um reencontro estratégico das esquerdas com o campo jurídico democrático e republicano no Brasil.

23- A terceira destas tradições é a do cristianismo popular de libertação e também dos evangélicos populares e progressistas. A ascensão do neopentecostalismo,

de raiz americana, entre os pobres e assalariados de baixa renda no Brasil, no vazio religioso do catolicismo após décadas de perseguição às tradições da Teologia da Libertação, constitui o fenômeno de maior mudança política e cultural das décadas recentes no Brasil. Constitui o fundamento da base popular do bolsonarismo. As religiões populares, em seus vários motivos e tradições de fé, formam uma disposição primária e afetiva da formação de valores do povo brasileiro, no qual apenas um pequeno percentual não é crente. A Teologia da Libertação já fez o seu caminho na defesa de um Estado laico, com base em seu encontro com a democracia e seu anticapitalismo, em seu ecumenismo e pluralismo. O neopentecostalismo fundamentalista serve, assim, tanto ao programa neoliberal quanto à intolerância de fundo proto-fascista. Com o novo Papa Francisco, há um novo e promissor esforço de renovação e reorganização das comunidades eclesiais de base, em diálogo com outras teologias progressistas e populares. Este processo não é externo mas compõe as próprias organizações, não apenas de base, das esquerdas democráticas no campo das lutas agrárias, em defesa dos povos indígenas, dos direitos humanos e de certas tradições operárias. O grande limite do Papa Francisco continua a ser o sentido patriarcal de sua doutrina no plano da moral o que leva a uma colisão com os movimentos feministas e libertários, como ocorreu recentemente na Argentina. Assim, um dos grandes desafios das esquerdas democráticas é formar um cristianismo feminista, cujos esboços aparecem seja na Teologia de Leonardo Boff seja nos grupos católicos pelo direito de decidir, a partir de suas próprias consciências, pela legalização do direito ao aborto.

- 24- As tradições classistas organizadas do povo brasileiro em sindicatos e centrais sindicais constituíram, sem dúvida, um vetor central da resistência à viragem neoliberal da política econômica do segundo governo Dilma, do golpe de 2016, à prisão do Lula e à eleição de Bolsonaro. Este é o primeiro presidente eleito após 1988 que não tem o apoio de nenhuma das centrais sindicais. Mas é preciso reconhecer que este sindicalismo classista, mesmo em suas tradições mais combativas, não conseguiu se estruturar e se programatizar para além dos horizontes corporativos, isto é, operou ainda em meio às tradições corporativistas. Houve mais um transformismo do que uma transformação destas estruturas, que se atualizaram durante os governos Lula e primeiro governo Dilma para reivindicar salários e novos direitos em meio a um processo vasto de formalização, de redução do desemprego e de políticas de elevação do valor real do salário-mínimo. As mudanças operadas pelo governo Temer – amplificação do desemprego estrutural e do subemprego, fim abrupto do imposto sindical, extensão ilimitada da terceirização e do negociado – e que serão aprofundadas pelo governo Bolsonaro, ameaçam colocar em ponto morto o sindicato corporativo formado a partir da CLT. Abre-se um novo período que reclamará um novo programa e novas formas de organização na

base e de auto-sustentação dos sindicatos, de construção de estruturas horizontais de solidariedade, mutualismo e cooperação para uma classe trabalhadora cuja maioria estará fora do emprego formal, com muito mais protagonismo da luta feminista e anti-racista e, principalmente, de construção de unidade nacional frente ao contexto atual de divisão em sete centrais sindicais.

- 25- Um decisivo vetor de resistência à contrarrevolução neoliberal e, agora, ao surgimento de um movimento político de extrema-direita com fortes traços fascistas têm sido os movimentos culturais e artistas que formam, atualizam e inovam o campo plural da cultura popular brasileira. Desde o pré-64 e o tempo dos movimentos de resistência ao regime militar em seus momentos mais expressivos, não havia se criado uma tal sinergia entre as organizações populares e o grande arco-íris dos criadores da cultura brasileira, em particular no campo musical. Falando para públicos muito além das bases tradicionais da esquerda, mobilizando novas juventudes, culturas negras, feministas, movimentos LGBTs, disputando valores libertários e de solidariedade social esta mobilização cultural foi fundamental para a criação da resistência e para a amplitude do movimento democrático no segundo turno das eleições. Este encontro não pode ser desvalorizado nem mesmo pensado de forma instrumental: ele altera e atualiza o próprio programa de liberdade das esquerdas, seus valores, seu protagonismo, sua linguagem, seus horizontes programáticos e utópicos.
- 26- A importante votação eleitoral do PT, o crescimento do PSOL, a manutenção do PCdoB como partido legítimo e legal representam conquistas históricas da resistência da esquerda socialista em meio a uma conjuntura tão adversa e marcada por toda sorte de violação às mínimas regras democráticas. Em particular, a ida ao segundo turno e a capacidade de polarização da chapa Haddad/ Manuela, a construção de um primeiro momento da liderança política nacional de Guilherme Boulos representam um patamar de referência incontornável para a luta democrática no próximo período. Mas se antes coligações amplas, lideradas pela esquerda, formavam cada vez menos largas maiorias eleitorais, agora uma chapa basicamente restrita a uma frente no campo das esquerdas conquistou cerca de 1/3 dos votos do eleitorado. O que ficou claro é que as esquerdas brasileiras nunca conseguiram construir uma hegemonia política que lhes proveesse uma base social, eleitoral e política sólida para construir grandes transformações democráticas estruturais no poder político, na economia e na cultura de valores dominantes no país. Este impasse histórico é vivido, inclusive, na própria geografia do país, com as esquerdas recuando para uma posição bastante minoritária nos estados do Centro Sul, do Centro-Oeste e do Sul do país mas mantendo em geral um protagonismo eleitoral majoritário no Nordeste. Este impasse político está registrado, em primeiro lugar, na assimetria estrutural das esquerdas no campo da

comunicação em relação às grandes empresas de comunicação e, agora, em relação a uma nova estratégia de construção de públicos, a partir de fake news e de fraudes, nas redes sociais. Esta incapacidade de construir historicamente uma nova hegemonia está inscrito na própria identidade das esquerdas brasileiras, em seu programa, em sua unidade, em suas formas organizativas, em sua capacidade de comunicação e em seus próprios valores. Mas é só um caminho de construção desta hegemonia que permitirá soldar em uma grande frente às várias tradições brasileiras republicanas democráticas e socialistas em uma perspectiva não apenas de resistência mas de um futuro que faça convergir mudanças anticapitalistas com a radicalização da democracia e da soberania popular.

IV - A construção da hegemonia socialista democrática na luta contra o governo neoliberal e fascista

- 27- Assim como na luta contra o regime militar, atuamos orientados por valores de esquerda, não separando a luta democrática da luta socialista, procurando construir uma posição hegemônica da esquerda em sua fase de reorganização na luta democrática, agora um desafio semelhante se coloca mas em um novo contexto histórico e a partir de um grau de acúmulo de forças da esquerda qualitativamente diferente. Este desafio pode ser assim resumido: como construir uma liderança socialista democrática hegemônica da esquerda na luta contra o bolsonarismo no sentido de uma refundação democrática e republicana do Estado brasileiro?
- 28- As esquerdas socialistas democráticas brasileiras ainda não formaram e atualizaram a sua cultura hegemônica na luta contra esta fase de desenvolvimento do capitalismo neoliberal. Na teoria de Marx e na cultura marxista vinculada à tradição do socialismo democrático, a construção de hegemonia só pode se desenvolver se um partido se coloca o desafio histórico de lutar pela formação de um novo Estado a partir de novos princípios civilizatórios antagonistas e alternativos ao liberalismo. A hegemonia requer uma construção de raízes nacionais mas sempre em perspectiva internacional. Este programa histórico de fundação de um novo Estado forma uma tradição organizativa, uma estratégia e uma nova cultura de valores a partir dos setores mais organizados das classes trabalhadoras, procurando reunir em torno de si todos as classes e setores de classe em oposição ao Estado neoliberal e ao capitalismo. Para ser socialista democrático, do ponto de vista de Marx, ele deve ser desde o princípio crítico e alternativo não apenas à exploração de classe mas a toda forma de opressão patriarcal, racista e colonial.
- 29- Neste sentido, pode-se sintetizar conceitualmente os limites das esquerdas socialistas brasileiras – em particular do PT mas também do PSOL e do PCdoB - no fato central de não terem desenvolvido um programa alternativo de Estado àquele que resultou da transição conservadora e do Congresso Nacional

Constituinte de 1988. Em particular o PT, que chegou ao governo central do país por quatro vezes consecutivas, sofreu com esta falta central. Na ausência deste programa histórico de refundação do Estado brasileiro, a partir de seus próprios valores, a esquerda socialista viveu um longo, desigual e em tensão processo de adaptação à institucionalidade liberal democrática vigente, com reflexos em suas formas organizativas (inclusive em seus regimes de financiamento), seus programas (que passaram a se confundir com programas de governo possíveis), suas alianças (que perderam um sentido estratégico de unidade das esquerdas e dos setores republicanos democráticos em conflito com a ordem liberal), seus valores (que se acomodaram, em certa medida, ao pragmatismo). Não restam dúvidas que as esquerdas conseguiram operar transformações importantes no Estado brasileiro mas estas não conseguiram ultrapassar o horizonte de reformas muito parciais e , principalmente, sem convergir para a proposição de um novo Estado.

30- A defesa de um novo processo constituinte, aprovado no 7º Congresso Nacional do PT e inscrito no programa original da candidatura Lula/ Haddad à presidência da República, tem o sentido histórico de formar um novo horizonte histórico para a esquerda socialista democrática brasileira. Esta proposta de refundação do Estado brasileiro, em um sentido republicano e democrático radical sob a liderança dos socialistas, permitiu na elaboração do programa a retomada de propostas de reformas estruturais (inclusive de um novo plano de desenvolvimento ecológico) e uma lógica que, combinando valores republicanos e democráticos, permitiu pensar a superação de impasses decisivos em nossas experiências de governo, inclusive no plano econômico. É esta lógica programática que devemos retomar e aprofundar no próximo período, inserida no contexto da luta de resistência contra o governo Bolsonaro.

31- No 7º Congresso do PT e, de forma mais desenvolvida, no programa original de governo apresentado pelo PT, a defesa de um processo constituinte aparecia relacionada à possibilidade de uma vitória nas eleições presidenciais de 2018. Neste cenário, em uma nova correlação de forças, seria buscado um caminho democrático para construir as condições de governabilidade e legitimidade para a aplicação de um programa de governo que certamente encontraria impasses intransponíveis na PEC que proíbe novos investimentos públicos em áreas fundamentais pelo prazo de vinte anos e em um Congresso Nacional ainda marcado por uma composição provavelmente conservadora. Sabiamente, a resolução e o programa não apontavam iniciativas políticas definidas nem mesmo uma proposta jurídica mais precisa para a convocação, pensando-a em um contexto ainda imprevisível no qual se moveria o futuro governo. Como se sabe, para o segundo turno esta proposta foi retirada da defesa do programa pela candidatura Haddad/Manuela, sem que ficassem claras as razões.

- 32- Será preciso esclarecer qual o sentido da retomada desta proposição de um Congresso Constituinte no contexto da resistência ao governo Bolsonaro. Se é praticamente unânime a identificação da centralidade da questão democrática, com a defesa dos direitos humanos e do pluralismo democrático, este juízo pode ser interpretado como um rebaixamento do programa histórico das esquerdas, defensivamente pensado para defender o seu direito de existir bem como o dos movimentos sociais. Este minimalismo e postura estritamente defensiva se ajustaria a uma tática que separaria a questão democrática de um programa das esquerdas, inclusive prevendo campos autonomizados da defesa das liberdades democráticas e dos direitos sociais, se abriria a uma aliança central com os setores liberais e a uma defesa da atual Constituição contra a sua violação.
- 33- Justificado como uma atitude realista, diante de uma correlação de forças estruturalmente desfavorável, esta posição minimalista erra justamente por não entender o contexto histórico em que as esquerdas constituem a força fundamental em defesa da democracia e dos direitos humanos. Em primeiro lugar, o período neoliberal veio justamente descarnar de ethos democrático as forças políticas e as tradições do campo mais largo do liberalismo. Não há hoje um Ulysses Guimarães nem mesmo um Tancredo Neves e Fernando Henrique Cardoso foi um dos principais legitimadores do golpe contra o governo Dilma, a prisão de Lula e a criminalização do PT. Sequer posicionou-se contra Bolsonaro no segundo turno. Em segundo lugar, a resolução da questão democrática, como se coloca hoje, só pode ser pensada em relação com a construção de uma saída para a crise do país, o que exige que seja pensada em relação com a disputa de alternativa de futuros, isto é, como parte de uma luta pela hegemonia dos socialistas democráticos. Em terceiro lugar, separar a defesa das liberdades da defesa dos direitos sociais é, ao mesmo tempo, isolar as lutas dos movimentos sociais e desconstituir o sentido mesmo da luta democrática em uma perspectiva socialista. Por fim, se os direitos previstos na Constituição de 1988 constituem ainda uma referência normativa decisiva de luta, é necessário compreender que através de PECs desconstitucionalizadoras, novas jurisprudências e acumpliciamiento das instâncias superiores responsáveis por zelar pelo cumprimento da Constituição, não há hoje nenhum direito previsto na Constituição que não esteja sendo já violado ou sob ameaça de violação. Assim, se alianças pontuais com eventuais posicionamentos liberais em cada contexto são importantes, não pode ser a aliança com eles o centro de uma estratégia de luta pela democracia hoje no Brasil.
- 34- Assim, o próprio entendimento dos direitos humanos, de sua efetivação e universalismo, choca-se com as realidades de violência, exclusão e autoritarismo da dinâmica capitalista contemporânea. Neste sentido histórico mais largo, a defesa de um novo processo Constituinte combina-se com a reafirmação, a efetivação e o avanço em direção a uma nova era de direitos

humanos e democráticos no Brasil. Sem essa defesa, o programa histórico da esquerda carecerá de coerência (será sempre ilusório pensar que a própria ordem liberal conservadora se auto-reformar no sentido de sua superação) e os anseios contra o sistema político brasileiro ficarão contemplados apenas pela retórica proto-fascista. As esquerdas democráticas ficarão atreladas à defesa do status quo ou ao retorno a um passado que já não é mais possível reconstituir, já que as forças políticas que construíram o pacto político de 1988 não mais existem.

35- Assim formulado, o programa de um novo Estado no Brasil deve ser construído através da formação da legitimidade de um programa que nasce exatamente da práxis política de resistência ao governo Bolsonaro. É esta práxis política, ao mesmo tempo de resistência e anunciadora, que precisa ser agora pensada de conjunto.

Dezembro de 2018.